



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de entrega de título
dominial e de títulos de posse de terra pelo
Governo do Estado do Maranhão*

CUMBIQUE, SÃO LUIZ, MA, 14 DE DEZEMBRO DE 1995

Dona Ruth Cardoso, que é Presidente do Conselho do Comunidade Solidária; Senhora Governadora Roseana Sarney; Presidente do Senado, meu companheiro Senador José Sarney; Senhor Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhores Parlamentares; Reverendíssimo Senhor Arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte; Senhor Prefeito de São João dos Patos, Prefeito eleito, Amado Arozo; Representantes de Cumbique, José Ribamar Ferreira e Adão Ferreira; Senhoras e Senhores;

Na simplicidade deste ato, aqui, nesta comunidade de Cumbique, eu creio que há todo um simbolismo. Vejam bem, o Presidente Sarney é Presidente do Congresso Nacional, que representa a vontade da Nação através de seus representantes; a Governadora Roseana Sarney, que representa o povo do Maranhão; o Arcebispo de São Luís, que representa a Igreja; e mais o Governo, representado pelo seu Presidente, pelos seus Ministros, e o Comunidade Solidária, que é um elo entre o Governo e a sociedade, para resolver os problemas que mais afligem o povo brasileiro – nós estamos juntos, aqui, com vocês, mas

estamos juntos, aqui, com vocês porque vocês lutaram, porque se organizaram e porque há toda uma história até chegarmos ao ponto a que chegamos.

Ainda agora, ouvi que o Presidente Sarney desapropriou as terras, comprou as terras, lá atrás. E nós estamos progressivamente ampliando isso e dando os títulos de propriedade. "Dando" é uma expressão equivocada: nós estamos reconhecendo o direito que vocês têm a um pedacinho de terra para trabalhar com as famílias. Isso é novo no Brasil.

Dom Paulo mencionou que o grande problema que aflige o mundo contemporâneo – e é verdade – é o do emprego. Pois bem, nós estamos, no Brasil, fazendo um grande esforço para dar solução, no decorrer do tempo, a esse problema. E só há um jeito – não há dois –, só um jeito de criarmos condições de trabalho e de darmos uma vida decente a todos os brasileiros: fazermos investimentos produtivos.

Investimento produtivo não é só a grande indústria. Investimento produtivo é, também, aquele que complementa a grande indústria e os serviços e que faz com que a mão-de-obra disponível encontre um caminho para a sua ocupação. Foi o que a Governadora Roseana fez ontem, e por isso fomos lá, porque é um pequeno investimento, mas gera milhares de empregos. Nenhum outro investimento gera mais emprego do que a reforma agrária.

O Ministro Raul Jungmann esteve comentando comigo, ontem, que os dados de que dispomos – ainda preliminares, mas em janeiro serão oficiais – mostram que, em cada pedacinho de terra assentada, não é uma pessoa que está lá, não; não são nem quatro, como na média nacional: são seis ou sete. Por isso o Governo se empenha em levar adiante um projeto de reforma agrária.

Eu queria dizer a todos os aqui presentes: quando fui candidato a Presidente da República, discuti intensamente que número colocar quanto aos assentamentos possíveis. Naquela época, era época de campanha, e os senhores sabem que as pessoas exageram. Falavam em milhões. Nós analisamos e dissemos: nós não temos condições de oferecer ao País um programa em que haverá milhões de famílias

assentadas, porque seria falso. A média histórica era de 16 mil famílias assentadas por ano. O governo que mais assentou e superou a média, até então, foi o do Presidente Sarney.

Nós, então, fixamos uma média, ou melhor, uma meta, já referida por Dom Paulo: 280 mil famílias nos quatro anos de governo. Dissemos que, no primeiro ano, iríamos fazer um esforço para ter 40 mil famílias assentadas; e, no segundo ano, 60 mil famílias assentadas. Nos dois primeiros anos, teríamos 100 mil famílias assentadas.

Pois bem, no ano passado, nós assentamos 42 mil famílias. Como houve dúvidas, chamei a imprensa ao meu gabinete e coloquei uma pilha, com o nome de cada um, o local e a carteira de identidade, para mostrar que havia, efetivamente, 42 mil famílias assentadas, de acordo com os critérios de contagem tradicionais no Brasil. Regularizamos posses, abrimos e estamos fazendo assentamentos, criamos condições de trabalho, ampliamos o Proterra, fizemos o Pronaf – que é para financiar o pequeno produtor, coisa que não havia no Brasil.

Então, quem ganha, dentro do assentamento, um pedaço de terra não ganha só a terra. Além do direito à terra, ele vai ter assistência técnica, vai ter escola. Eu digo “vai ter” porque é muito difícil mobilizar a sociedade para fazer, mas o Governo tem condições para isso, tem recursos para isso. Às vezes, faltam recursos humanos, não é dinheiro nem é vontade, porque vontade nós temos. É que é muito difícil fazer funcionar essa máquina toda. Não obstante, no ano passado foram 42 mil.

Pois bem, o Ministro da Reforma Agrária me informou que, agora, com esse assentamento feito aqui, nós chegamos a 100 mil famílias. Hoje, com esta entrega, o Brasil comemora o fato de que, efetivamente, 100 mil famílias já dispõem do seu título de propriedade e estão sendo assentadas.

É bastante. É muita coisa, se compararmos com os dados que eu lhes dei, de que a média histórica é de 16 mil famílias por ano. Isso equivale, portanto, a cerca de seis anos em dois.

Precisamos acelerar. No ano que vem, a nossa meta é de assentarmos 80 mil famílias e, no último ano de governo, 100 mil famílias, para perfazermos os 280 mil assentados, que era o nosso programa.

Aqui, no Maranhão, foram 7.765 famílias assentadas este ano. O Maranhão, sozinho, fez muito mais do que qualquer outro Estado do Brasil. Mais os 4 mil do Estado, são 12 mil famílias, só no Maranhão. E, lá no Bico do Papagaio, zona difícil, zona conflituosa, o Governo está presente para desarmar – e não só aos espíritos. O Governo também criou uma superintendência do Incra lá no Bico do Papagaio, para enfrentar o problema fundiário naquela região.

Devo dizer, ainda, corroborando as palavras da Governadora e de Dom Paulo, que realmente, hoje, a reforma agrária tem o apoio da sociedade. Enquanto ela tem apoio da sociedade, o Congresso Nacional, num esforço inédito no Brasil, este ano aprovou projeto do Governo que simplifica o rito de desapropriação: é a chamada desapropriação sumária. O Senado da República – na semana passada, Senador Sarney? – aprovou-o. Agora, vem a mim, e vou sancionar a lei do rito sumário.

Com isso, vamos poder avançar mais depressa, na reforma agrária. E há um fato importante: o Senado aprovou o projeto por unanimidade. Quando nós enviamos esse projeto do rito de desapropriação sumária ao Congresso, muita gente reclamou. Houve uma tempestade, diziam que aí haveria ocupações de terras sem cessar. Nós negociamos, fizemos um projeto correto: não concordamos com ocupação de terra sem base em lei, não concordamos; mas, sim, concordamos que a lei tem que ser adaptada para atender às exigências da sociedade contemporânea e, dentro da lei, vamos fazer tudo o que for necessário para que a reforma agrária prossiga.

Quero lhes dizer mais: o Governo enviou um projeto – está, também, no Congresso Nacional, e estamos fazendo força, o Ministro Jungmann, o Senador Sarney e eu, e todas as lideranças, para aprová-lo ainda este ano – que, pela primeira vez, visa a cobrar um imposto pesado das terras que não são utilizadas e que podem ser utili-

zadas. Isso vai adiantar o processo de reforma agrária, vai baratear o custo da terra.

Dizia-se, no Brasil, que o grupo mais poderoso, que parava tudo era o dos latifundiários. Pois bem, a realidade mostra que não é mais assim. A realidade mostra que o Governo apóia, a sociedade deseja, o Congresso processa as medidas e, com alguma costura aqui e ali – que é normal, até porque temos que ver os interesses existentes e se estamos sendo justos ou não – estamos avançando, estamos criando.